

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE (FNQ)

Demonstrações Contábeis Acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

31 de dezembro de 2023

RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

ÍNDICE

Relatório do Auditor Independente	3
Balanços Patrimoniais	7
Demonstração dos Resultados dos Exercícios	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros da

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Nacional da Qualidade ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito e pela limitação comentados no parágrafo "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Fundação Nacional da Qualidade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas NBC TG 1000 "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidade sem Fins Lucrativos".

Base para opinião com ressalvas

Impostos a recolher e parcelamentos tributários

A Fundação possui um saldo passivo de R\$2.205 mil referente a INSS, IRRF, PIS, COFINS e ISSQN reconhecidos no passivo circulante e não circulante, os quais não possuem conciliação bem como não foram atualizados quando a existência de juros e multas incorridos pelo atraso. Conforme análise efetuada pela administração, estes valores serão conciliados em 2024, sendo assim, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil do destes tributos, em 31 de dezembro de 2023. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores bem como a sua correta segregação entre circulante e não circulante.

Ajuste ao valor realizável dos estoques

A Fundação reconheceu em 2023 o montante de R\$ 117 mil como provisão para perdas de seus estoques devendo este valor ter sido provisionado em exercício anteriores. Consequentemente, o déficit do exercício de 2023 está a maior em R\$ 117mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis onde a administração da Fundação apresenta várias medidas voltadas ao cumprimento do plano estratégico estabelecido, a fim de atingir os resultados esperados nas suas operações e, assim, reverter o quadro de prejuízos incluindo os R\$ 1.960 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o passivo circulante excedente ao total do ativo em R\$ 3.621 mil. A retomada do equilíbrio econômico e financeiro dependerá do sucesso do resultado do plano em curso. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por nós, com emissão de relatório em 04 de julho de 2024, com opinião com ressalvas sobre os impostos a recolher e parcelamentos tributários, ajuste ao valor realizável dos estoques, distorções não conciliadas em fornecedores e distorções das receitas diferidas e ênfase sobre a continuidade operacional.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Fins Lucrativos" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 24 de julho de 2024.



HLB BRASIL
Rokembach + Lahm, Villanova & Cia. Auditores
CRC 2SP042459/O-4

Jefferson Ramos
Sócio
Contador 1RS98979/O-8

Henrique Rokembach
Sócio
Contador SP337819/O-0

Fundação Nacional da Qualidade

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	<u>2023</u>	<u>2022</u>	Passivo e patrimônio social	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	27	15	Fornecedores (Nota 7)	1.323	1.014
Contas a receber (Nota 5)	100	119	Impostos e contribuições a recolher (Nota 8)	507	417
Estoques	-	117	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 9)	1.854	1.203
Outros créditos	34	46	Receitas diferidas (Nota 2.11)	221	153
	<u>161</u>	<u>297</u>	Outras contas a pagar	-	1
Realizável a longo prazo				<u>3.905</u>	<u>2.788</u>
Depósitos judiciais (Nota 10)	23	-			
	<u>23</u>	<u>-</u>			
Intangível (Nota 6)	<u>100</u>	<u>179</u>	Não circulante		
	<u>123</u>	<u>179</u>	Provisões para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 10)	569	-
			Obrigações sociais e trabalhistas	804	721
				<u>1.373</u>	<u>721</u>
			Total do passivo	<u>5.278</u>	<u>3.509</u>
			Patrimônio social (Nota 11)		
			Patrimônio social	(4.994)	(3.033)
Total do ativo	<u>284</u>	<u>476</u>	Total do passivo e patrimônio social	<u>284</u>	<u>476</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Nacional da Qualidade

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita líquida (Nota 12)	5.843	5.042
Custos dos serviços prestados (Nota 14)	(2.694)	(1.740)
Resultado Bruto	3.149	3.302
Despesas operacionais (Nota 14)		
Despesas administrativas	(3.939)	(3.664)
Despesas comerciais	(113)	(133)
Outras despesas operacionais	(871)	(148)
Resultado Operacional	(1.774)	(643)
Resultado financeiro (Nota 15)	(187)	(335)
Receitas financeiras	1	1
Despesas financeiras	(188)	(336)
Déficit do exercício	<u>(1.961)</u>	<u>(978)</u>

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, portanto, não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Nacional da Qualidade

Demonstração das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Déficit acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>(2.055)</u>	<u>-</u>	<u>(2.055)</u>
Déficit do exercício	-	(978)	(978)
Transferência para patrimônio social	<u>(978)</u>	<u>978</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>(3.033)</u>	<u>-</u>	<u>(3.033)</u>
Déficit do exercício	-	(1.961)	(1.961)
Transferência para patrimônio social	<u>(1.961)</u>	<u>1.961</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>(4.994)</u>	<u>-</u>	<u>(4.994)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Nacional da Qualidade

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(1.961)	(978)
Ajustes		
Depreciação	-	1
Amortização	79	47
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	569	-
Provisão de perda de estoque	117	-
	<u>(1.196)</u>	<u>(930)</u>
Variações nos ativos (Redução)/Aumento		
Contas a receber	19	(18)
Estoques	-	3
Outros créditos	12	(16)
Depósitos judiciais	(23)	-
Variações nos passivos Redução/(Aumento)		
Fornecedores	309	96
Impostos e contribuições a recolher	90	159
Obrigações sociais e trabalhistas	734	868
Receitas diferidas	68	(166)
Outras contas a pagar	(1)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>12</u>	<u>(4)</u>
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>12</u>	<u>(4)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	15	19
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	27	15

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Fundação Nacional da Qualidade (“Fundação” ou “FNQ”), constituída em 11 de outubro de 1991, é uma instituição de direito privado sem fins lucrativos, localizada na cidade de São Paulo no bairro Cidade Monções e tem como objetivos estatutários:

- (a) disseminar os fundamentos da excelência da gestão para o aumento da competitividade das organizações e do Brasil;
- (b) promover a conscientização para a excelência da gestão nas organizações e facilitar a transmissão de informações e conceitos relativos às técnicas e práticas bem-sucedidas;
- (c) instituir o reconhecimento dos “Melhores em Gestão”, que será conferido anualmente às organizações estabelecidas no Brasil, avaliadas conforme os critérios e regulamentos estabelecidos pela Fundação com anuência do Conselho Curador;
- (d) planejar, organizar, operacionalizar, controlar e aperfeiçoar todo o processo de reconhecimento de “Melhores em Gestão”;
- (e) promover e participar de eventos, conferências, seminários, congressos, palestras, cursos, exposições e de programas de divulgação vinculados à sua finalidade institucional;
- (f) firmar contratos, acordos e convênios, com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, visando à produção e distribuição de materiais referentes à prestação de serviços especializados, atinentes às suas finalidades institucionais;
- (g) atuar como articuladora da rede nacional de prêmios da qualidade, com objetivo de disseminar o Modelo de Excelência da Gestão®;
- (h) criar e manter acervo de obras, informações e publicações técnicas que permitam a operacionalização e o aperfeiçoamento do processo de reconhecimento, bem como o fomento, o suporte técnico e a educação para a excelência da gestão de organizações;
- (i) promover ações educativas para conscientizar e estimular as pessoas e organizações a adotarem o Modelo de Excelência da Gestão®;
- (j) promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;
- (k) promoção do voluntariado;
- (l) promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão contextualizadas, apesar das dificuldades vivenciadas, no pressuposto básico da continuidade normal das operações da

Fundação e não contemplam nenhum ajuste nem classificação dos valores ativos e passivos para uma situação de liquidação.

A Administração, com o apoio imprescindível do Conselho Curador, Conselho Fiscal e Diretoria, reconhece a relevância da Fundação no cumprimento do seu papel de contribuir para o desenvolvimento econômico do Brasil, apoiando e instrumentalizando as organizações públicas e privadas para que busquem a excelência por meio da boa gestão, principalmente no momento de resseção econômica agravada pela pandemia. Diante disso, a FNQ está empreendendo diversas medidas voltadas ao cumprimento do plano estratégico estabelecido, a serem executadas pela Administração e pela Governança, impreterivelmente, a fim de atingir os resultados esperados das suas operações e, assim, reverter o quadro de prejuízos.

Entre essas medidas destacam-se as seguintes:

- Resgatar a relevância da FNQ nos moldes da sua criação, quando o País não podia competir internacionalmente devido à qualidade dos produtos aqui produzidos, como mobilização nacional para nos inserirmos nas cadeias comerciais globais;
- Desdobramento em ações e revisão contínua do Mapa Estratégico de Negócios;
- Revisão constante do Portfólio, tendo a flexibilidade e a rapidez para criar e adaptar produtos e serviços, com base na Experiência do Cliente;
- Dar continuidade de ações juntos aos conselheiros para a promoção do Portfólio e atração de novos Filiados e Patrocinadores;
- Obtenção de maior engajamento e comprometimento do Novo Conselho Curador (mandato 2022 – 2025) à causa da FNQ, debaixo do mote de transformar as organizações e empresas pela gestão – único caminho para melhorar a produtividade, a competitividade e gerar empregos;
- Criação de um Núcleo Técnico Central e Grupos de Trabalho com o objetivo de estudar novos modelos internacionais, tendências de mercado e necessidades de empresa, viabilizando o início do desenvolvimento da 22ª edição do Modelo de Excelência da Gestão (MEG);
- Desenvolvimento de Programas Customizados do Modelo de Excelência da Gestão, sob a ótica de peculiaridades de setores – ou de atividades, sob um olhar transformador e baseado em valor;
- Disseminação do MEG RH (Instrumento de Avaliação da Maturidade de Gestão para Recursos Humanos). Um instrumento que tem como um dos benefícios a integração dos processos de RH para uma gestão estratégica;
- Foco em Marketing Digital para reposicionamento da marca, venda ativa e renovação do portfólio;
- Continuidade nas melhorias do Site / Portal para ser uma plataforma de engajamento com o público de relacionamento e interesse, e que criará novas oportunidades para comercialização de produtos, interatividade e visibilidade;

- Pesquisa de satisfação de filiados para a promoção de novos benefícios e conteúdos mais atrativos;
- Reformulação dos cursos para o formato digital com novas metodologias e aplicações práticas;
- Contratação de especialista em vendas para compor a equipe, trazendo novos conhecimentos e metodologias em vendas;
- Geração de grupos de clientes “key account” para uma abordagem focada de negócios;
- Elaboração de contratos de parcerias de vendas;
- Abordagem sistemática com associações para formalização de parcerias e acesso indireto (às vezes direto) aos seus filiados;
- Retomar abordagens e potenciais projetos com o SEBRAE em parceria com ex-Diretor desta organização;
- Criar o NAT (Núcleo de Assessoria Técnica) com especialistas e GT (Grupos de Trabalhos) para ações específicas, após priorização: GT B (parcerias regionais), GT C (comunicação – revista), GT E (novos cursos) e GT G (organizações nacionais);
- Revisão e/ou encerramento de contratos com fornecedores para redução sistemática de custos fixos;
- Assegurar total aderência aos conceitos de Compliance e implantação de medidas necessárias;
- Desenvolver o tema LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) para comercialização de cursos e diagnósticos;
- Conceituação e implantação de uma Revista Digital da FNQ.

Com as medidas mencionadas, a administração da FNQ, avalia que há possibilidades de reversão do quadro de prejuízo, e está trabalhando e implantando as medidas para erradicar o problema financeiro, porém, algumas medidas são de caráter estrutural, com alguma contribuição financeira, mas que isoladamente não trazem o impacto necessário para uma situação de reversão. Outras medidas, apesar de estudadas, avaliadas e perseguidas sistematicamente, dependerão do engajamento da Governança voluntária e também de fatores externos, classificados dentro de grupos de risco. Desta forma, apesar da intenção e esforços gerados pela administração em manter as operações, existe risco da não continuidade operacional, caso as medidas não possam ser implementadas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Fundação Nacional da Qualidade em 24 de julho de 2024.

A Administração da entidade adotou ações de melhoria do processo de conciliação e apresentação das contas contábeis. Espera-se que haja um impacto positivo na qualidade das

informações apresentadas nas demonstrações contábeis em decorrência dessas ações. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 (R1) e a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) – “Entidades sem Finalidade de Lucros”; e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Fundação no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento estão relacionadas à vida útil do imobilizado e intangível.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Fundação e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o superávit (déficit) do exercício.

2.4 Instrumentos financeiros

Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas.

A Entidade não possui operações com instrumentos financeiros de natureza decorrente de Derivativos.

2.5 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo amortizado, que se assemelha ao valor faturado. A provisão para créditos de realização duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas na sua realização.

2.6 Estoques

Representados por livros e apostilas, são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

2.7 Outros créditos

Referem-se a adiantamentos de férias e a fornecedores e são apresentados aos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

2.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas abaixo:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros – conforme prazo do contrato de aluguel
- Equipamentos de informática – cinco anos
- Móveis e utensílios – dez anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9 Intangível

Refere-se ao custo de desenvolvimento e aquisição de *software*. A amortização é calculada pelo método linear pelo período de cinco a dez anos, que é a melhor estimativa da vida útil.

2.10 Redução ao valor recuperável

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.11 Receita diferida

Refere-se à receita de afiliados e patrocínios, que já foi recebida financeiramente e será apropriada mensalmente de acordo com a sua anuidade ou período de contrato de patrocínio.

2.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.13 Demais passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

2.14 Contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- Contingências passivas – são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas demonstrações contábeis, e as classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

2.15 Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.16 Apuração do (déficit)/ superávit

As receitas de contribuições de instituidores e mantenedores são reconhecidas no resultado durante o prazo de vigência da filiação (geralmente um ano); os patrocínios são reconhecidos individualmente por evento realizado; a receita de cursos e treinamentos é reconhecida no período em que são ministrados; e as taxas de candidatura ao reconhecimento “Melhores em Gestão” são reconhecidas como receita quando recebidas.

As demais receitas e despesas são reconhecidas conforme o período de competência.

2.17 Apresentação do valor justo do trabalho voluntário

Conforme estabelece o parágrafo 19 da ITG 2002 (R1), o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, apresentado na demonstração do resultado do exercício como receita e despesa.

3 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	27	15
Contas a receber	<u>100</u>	<u>119</u>
	<u>127</u>	<u>134</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.323	1.014
Outras contas a pagar	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u>1.323</u>	<u>1.015</u>

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	-	1
Bancos conta-movimento	21	8
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	<u>6</u>	<u>6</u>
	<u>27</u>	<u>15</u>

Os fundos de renda fixa têm remuneração média de 95% da taxa mensal do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), nos períodos apresentados e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com resgate imediato sem risco de perda.

5 Contas a receber

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Cursos e treinamentos de qualificação	<u>100</u>	<u>119</u>
	<u>100</u>	<u>119</u>

6 Intangível

	2023		2022		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de amortização - %
Software	668	(584)	84	174	
Licenças de uso	76	(76)	-	1	
Marcas e patentes	15	-	15	4	10
	760	(660)	100	179	

A movimentação do ativo intangível pode ser assim demonstrada:

Em 31 de dezembro de 2021	226
Amortização	(47)
Em 31 de dezembro de 2022	179
Amortização	(79)
Em 31 de dezembro de 2023	100

Anualmente, a Fundação testa eventuais perdas (*impairment*) no intangível, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os valores de perdas foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

7 Fornecedores

	2023	2022
Consultorias contratadas para os cursos e treinamentos de qualificação	824	-
Serviços de terceiros	322	-
Benefícios a empregados	155	-
Ocupação e manutenção	12	-
Viagem e estadas	10	-
Outras contas a pagar	-	1.014
	1.323	1.014

8 Impostos e contribuições a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRRF sobre serviços terceiros	33	24
Contribuições Sociais Retidas na Fonte sobre serviços terceiros	100	73
COFINS a recolher	114	152
ISS a recolher	260	168
	<u>507</u>	<u>417</u>

9 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
FGTS a recolher	107	14
INSS a recolher	385	225
IRRF a recolher	542	421
PIS a recolher	43	36
Provisão de férias	243	261
Salários a pagar	487	224
Outras obrigações	47	22
	<u>1.854</u>	<u>1.203</u>

10 Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2023, a Fundação possuía ações, envolvendo risco de perda classificado pela administração como provável no montante de R\$ 569 mil, as quais foram integralmente provisionadas.

A Fundação não possuía ações, envolvendo risco de perda classificado pela administração como possível, bem como não possui outras informações a serem divulgadas.

11 Patrimônio Social

O estatuto social prevê que em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio será incorporado ao patrimônio de outras fundações congêneres, idôneas, dotadas de personalidade jurídica, ou, ainda, de associações, sem fins lucrativos, dedicadas a atividades de fomento e apoio à qualidade na gestão organizacional, observando-se as normas legais aplicáveis, e desde que tais fundações ou associações sem fins lucrativos atendam aos requisitos da Lei nº 9.790/99, bem como sejam atendidos todos os compromissos pendentes, inclusive as doações condicionadas porventura existentes, ouvido o Ministério Público. O superávit do exercício, quando gerado, será destinado à manutenção das atividades, para atender dispositivos legais vigentes e manter a continuidade da Fundação, e o déficit do exercício, quando gerado, será integralmente incorporado ao patrimônio social.

12 Receita líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Cursos e treinamentos de qualificação	5.609	4.563
Contribuição de instituidores e mantenedores	319	588
Patrocínios	173	109
Publicações e periódicos	21	3
Outras receitas	<u>1</u>	<u>1</u>
Tributos incidentes sobre a receita	<u>(279)</u>	<u>(222)</u>
	<u>5.843</u>	<u>5.042</u>

13 Trabalho voluntário

Os trabalhos de voluntários no montante de R\$ 335 (2022 – R\$ 335), estão representados, substancialmente por Examinadores do reconhecimento Melhores em Gestão, sendo contabilizados como receita e despesa, como apresentado na demonstração do resultado do exercício.

14 Custo e despesas por natureza

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custos dos serviços prestados		
Prestadores de serviços – Auto avaliação assistida	(1.936)	(1.460)
Prestadores de serviços – Programa excelência da gestão de custos	<u>(648)</u>	<u>(166)</u>
Outros custos	<u>(110)</u>	<u>(114)</u>
	(2.694)	(1.740)
Despesas administrativas		
<i>Despesas com pessoal</i>		
Salários	(1.303)	(1.361)
Férias	(174)	(188)
13º salário	(160)	(186)
Encargos sociais	(563)	(567)
PIS sobre folha de pagamento	(14)	(26)
Plano de saúde	(418)	(343)
Treinamentos	(186)	-
Vale refeição	(74)	(90)
Outros gastos com pessoal	<u>(45)</u>	<u>(12)</u>
	(2.937)	(2.773)
<i>Serviços de terceiros</i>		
Informática e serviços de Internet	(430)	(533)
Serviços técnicos especializados	(401)	(296)
Eventos	(87)	(45)
Editoração, gráficas e cópias	-	(1)
Outras despesas	<u>(83)</u>	<u>(16)</u>
	(1.001)	(891)
<i>Despesas comerciais</i>		
Propaganda e publicidade	<u>(113)</u>	<u>(133)</u>
	(113)	(133)
<i>Outras despesas operacionais</i>		
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(569)	-
Provisão de obsolescência de estoque	(114)	-
Amortização	(79)	(47)
Locações de sala e equipamentos	(25)	-
Despesas operacionais diversas	<u>(84)</u>	<u>(101)</u>
	(871)	(148)
Total	<u>(7.616)</u>	<u>(5.685)</u>

15 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita financeira	<u>1</u>	<u>1</u>
Rendimento de aplicação financeira	1	1
Despesas financeiras	<u>(188)</u>	<u>(336)</u>
Multas e juros	(160)	(318)
Descontos concedidos	(12)	(3)
Tarifas bancárias	(16)	(15)
	<u>(187)</u>	<u>(335)</u>

16 Remuneração do pessoal-chave da administração

A Fundação não remunera, a qualquer título, seus dirigentes, nem distribui resultados, a qualquer título, aos seus associados.

Em relação ao administrador remunerado, denominado Presidente Executivo, a remuneração incluindo encargos trabalhistas, foi de R\$ 852 (R\$ 546 em 2022).

17 Informações tributárias

(a) As declarações de renda estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

(b) Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídos e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais.

A Fundação enquadra-se no conceito de pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção quanto ao recolhimento do imposto de renda. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações formais estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº9.532, de 10 de dezembro de 1997 (alterado pela Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998), pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a entidade.

Em relação à contribuição social, a Fundação entende ter isenção da contribuição social sobre o superávit em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97. Durante o exercício de 2017 e, para atender as orientações da norma ITG 2002, a administração da Fundação avaliou a mensuração e divulgação de valores de renúncia fiscal e que a isenção da contribuição social propicia à Fundação, concluindo este tema como impraticável. Embora o conceito de superávit ou déficit dos exercícios possa se aproximar ao conceito de resultado do exercício (lucro ou prejuízo), tais definições não são idênticas, sendo que a aplicação das alíquotas vigentes da contribuição social ao resultado dos exercícios não seria uma maneira adequada de endereçar o assunto.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade ou do superávit apurado, destacamos o seguinte: (i) Programa de Integração Social (PIS) contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamento; (ii) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) pagamento integral das contribuições devidas; (iii) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - 5% incidente sobre a venda de cursos e treinamentos de qualificação; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6% incidente sobre as receitas de patrocínio, cursos e treinamentos de qualificação, publicações e periódicos, taxa de participação do Prêmio Nacional da Qualidade e outras receitas decorrentes das operações contra prestacional.

* * *